

Portugal Primeiro

Secretário-Geral do Partido Socialista

Portugal Primeiro
- Bases comuns de orientação estratégica -

Conteúdo-

<i>1 - O Momento que o país vive.....</i>	<i>3</i>
<i>1.1 Situação actual.....</i>	<i>3</i>
<i>1.2 A natureza da crise.....</i>	<i>5</i>
<i>1.3 Desafios.....</i>	<i>8</i>
<i>2 - Alternativa forte e credível.....</i>	<i>8</i>
<i>2.1 Vencer a crise com credibilidade e horizonte</i>	<i>8</i>
2.1.1 Recusa do empobrecimento. Aposta na economia.....	9
2.1.2 Um Pacto para o crescimento e para o emprego	11
<i>2.2 Um país moderno, justo e solidário</i>	<i>12</i>
2.2.1 Um país moderno e desenvolvido.....	13
2.2.2 Um país justo, coeso e qualificado	13
2.2.3 Uma agenda para o crescimento e emprego	14
2.2.4 Um Estado transparente, forte e eficiente.....	17
2.2.5 Na Europa com voz própria.....	22
<i>3 – Mobilizar e Reforçar a confiança dos portugueses no PS.....</i>	<i>23</i>
<i>3.1 Uma nova forma de fazer política</i>	<i>24</i>
<i>3.2 Os objetivos eleitorais: um ciclo vitorioso</i>	<i>26</i>

1 - O Momento que o país vive

1.1 Situação actual

Portugal vive um momento dramático. Em violação dos seus compromissos eleitorais, o actual Governo PSD/CDS tem vindo a prosseguir uma estratégia de empobrecimento do País, assente numa violenta política de austeridade do custe o que custar e numa agenda ideológica ultraliberal contra as funções sociais do Estado. Os resultados desta política estão à vista:

- a economia está em recessão profunda (-3% em 2012);
- o desemprego atinge valores nunca vistos (16,5% em Dezembro de 2012);
- a dívida pública continua a aumentar (mais de 120% do PIB)
- e o próprio défice orçamental, não obstante os enormes sacrifícios dos portugueses, falha sistematicamente as metas previstas.

A ideia de que Portugal está a cumprir o seu Programa de Assistência Financeira, sustentada pelo Governo com a conivência interessada da "troika", branqueia o falhanço das previsões e o incumprimento das metas e, pior do que isso, ignora o intolerável grau de destruição da economia e da coesão social.

As principais vítimas desta política são os mais pobres e as classes médias, gravemente afectadas nas suas condições de vida, de igualdade de oportunidades e de mobilidade social; fortemente atingidas pelo desemprego e, em muitos casos, confrontadas com um sério risco de pobreza. Enquanto isso, muitos milhares de jovens, incluindo os mais qualificados, são empurrados para a fatalidade da emigração por um Governo sem visão de futuro, que se mostra incapaz de lhes abrir um horizonte de esperança. As famílias, por seu turno, enfrentam dificuldades cada vez maiores e as taxas de natalidade caem para níveis alarmantes. Dois grupos de cidadãos foram particularmente atingidos pelo Governo com os Orçamentos de 2012 e 2013: os pensionistas e os

funcionários públicos, sendo que o Governo tem tentado colocar portugueses contra portugueses em diversas circunstâncias.

Perante isto, em vez de arrepiar caminho, o Governo - mais uma vez de forma unilateral, sem envolver a oposição e os parceiros sociais - acordou com a "troika" uma nova redução do défice para 2,5% do PIB já em 2014 (metade do valor acordado pela Irlanda para o mesmo ano!). Consequentemente, mesmo depois de ter decretado um enorme aumento de impostos em 2013, o Governo propõe-se concretizar, em 2014, uma nova arremetida contra o Estado Social por via do corte de 4 mil milhões de euros na despesa, sobretudo nas áreas da segurança social, da educação e da saúde, com inevitáveis prejuízos para os serviços públicos e para as transferências sociais de que depende o rendimento de muitas famílias, já gravemente atingidas pelas políticas de austeridade. Esta situação agrava as desigualdades sociais do país.

A política do Governo, além de inspirada por uma ideologia desajustada das necessidades do País e dos valores em que se funda o contrato social consensualmente estabelecido no Portugal democrático, assenta numa errada compreensão da natureza e das causas da crise que o País e a Europa enfrentam.

A obsessão do Governo pela austeridade afere-se também pelo facto de um dos três objectivos do PAEF, a "promoção do crescimento económico e correção dos desequilíbrios macroeconómicos" ser sistematicamente ignorado. Estamos perante um Governo que ignora os compromissos para o crescimento e o emprego que decorrem do acordo de concertação social e que na Europa é sempre dos últimos a reclamar uma intervenção mais efectiva em prol da coesão e do crescimento.

1.2 A natureza da crise

O PS rejeita a narrativa simplista e moralista da direita sobre a crise atual, ao ignorar o forte impacto da crise internacional na economia portuguesa e ao criar a ideia de que os portugueses viveram acima das suas possibilidades.

O PS rejeita a prática política ultraliberal do Governo que aponta o empobrecimento como solução para a crise.

O PS reafirma a sua alternativa, pela qual a crise pode e deve ser ultrapassada pela via do crescimento económico e do emprego, conciliada com a necessária disciplina orçamental.

O mundo vive há mais de cinco anos numa sucessão de crises: depois do subprime, iniciámos 2008 com receio da escassez e da alta de preços de bens alimentares e de petróleo e terminámos esse ano com a falência de gigantes da finança. Dos Estados Unidos da América para o mundo a crise desenvolveu-se à velocidade da globalização e dos movimentos financeiros.

Nos últimos anos muito foi posto em causa e as vítimas foram-se sucedendo. Primeiro, foi preciso apoiar os bancos para que o sistema financeiro não colapsasse e como ele a economia. Foi nesse ponto que se começou a falar no risco sistémico. Depois 2009, foi o ano em que forma mais aguda a crise financeira se transforma na crise económica que levou para o desemprego milhões de pessoas e obrigou a repensar a estratégia das empresas. A braços com a maior crise desde a Grande Depressão dos anos 30 do século passado, fomos confrontados com a crise das dívidas soberanas e com um ataque sem precedentes ao euro e talvez pela primeira vez na história com a incapacidade dos Estados regularem a investida e domínio da especulação financeira.

No final de 2010, depois da crise Grega, Portugal foi apanhado no turbilhão das dívidas soberanas. Esta crise aconteceu quando Portugal punha em execução

uma política orçamental contracíclica para combater a crise económica decorrente da crise do subprime americano. Portugal seguiu as orientações da Europa que começou por assumir que havia uma crise em alguns países, a começar pela Grécia, e só muito tardiamente percebeu que também era uma crise do Euro, que radicava na construção incompleta da União Económica e Monetária e que punha em causa a estabilidade de toda a UE.

Em Maio de 2011, na sequência do chumbo do PEC IV, foi assinado entre o Governo português por um lado, e a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional (Troika) um programa de ajustamento económico-financeiro até Junho 2014 que exige o cumprimento de um conjunto de medidas. O PSD e o PP acompanharam as negociações comprometeram-se antecipadamente com o cumprimento do Memorando.

A verdade é que a crise das dívidas soberanas mais do que efeito necessário de políticas nacionais rejeitadas pelos mercados, é consequência de uma falha sistémica na construção da União Económica e Monetária, prontamente explorada pela especulação financeira. O factor decisivo para a subida dos juros dos "países periféricos" foi a ausência de um mecanismo europeu capaz de sustentar a propagação da crise das dívidas soberanas na zona euro. É hoje mais evidente do que nunca a importância decisiva de uma resposta europeia à crise das dívidas soberanas centrada no BCE. Não foram os resultados das políticas nacionais de austeridade que devolveram aos mercados a confiança perdida. A confiança só começou a ser recuperada quando, finalmente, o BCE optou por uma intervenção decidida, por via de volumosas cedências de liquidez ao sistema financeiro e, sobretudo, do anúncio de Mario Draghi de que "o BCE está disposto a fazer todo o necessário para preservar o euro. E acreditem em mim, será suficiente".

A crise internacional expôs inexoravelmente as nossas fragilidades estruturais.

Em Portugal a debilidade das finanças públicas foi amplificada por:

- i) Fraco crescimento económico;
- ii) Forte dependência externa, com forte peso da componente energética e alimentar;
- iii) Insuficientes reformas económicas de adaptação ao euro e a um mundo globalizado – falta de competitividade;
- iv) Desequilíbrio das finanças públicas há décadas

Querer assacar a qualquer Governo a responsabilidade pela crise não é sério. Justo será reconhecer que todos os Governos tiveram a sua responsabilidade na situação do país.

O PS assume por inteiro todas as suas responsabilidades passadas e presentes.

Agora, a questão de fundo, para o PS, é continuar a enfrentar as causas profundas e antigas das debilidades estruturais da economia portuguesa, a que se somou o efeito cumulativo do triplo “choque” competitivo causado pela moeda única, pelo processo de alargamento da União Europeia e pela afirmação das economias emergentes no comércio global.

Perante tais desequilíbrios, cuja superação é necessariamente difícil e demorada, Portugal precisa de prosseguir, com ambição e persistência o amplo movimento de reformas e de modernização do País, da economia e do Estado, lançado pelos governos socialistas, com fortes apostas na qualificação dos recursos humanos, na ciência, na modernização tecnológica, na promoção das exportações e na redução da dependência energética. O desenvolvimento exige a qualificação e o pleno aproveitamento dos recursos do País, não o empobrecimento coletivo.

É hoje mais evidente do que nunca a importância decisiva de uma resposta europeia à crise das dívidas soberanas, centrada no BCE. Não foram os resultados das políticas nacionais de austeridade que devolveram aos mercados

a confiança perdida. A confiança só começou a ser recuperada quando, finalmente, o BCE optou por uma intervenção decidida, por via de volumosas cedências de liquidez ao sistema financeiro e, sobretudo, do anúncio da sua disposição de comprar, de forma ilimitada, títulos de dívida pública dos países da zona euro. É esta intervenção do BCE que explica a recente descida dos juros em todos os países periféricos, incluindo Portugal. Este facto é a melhor prova de que a resposta a esta crise sempre esteve mais dependente das políticas europeias do que dos esforços isolados de cada país, sem prejuízo do dever que cada um tem de fazer, com rigor, a sua parte.

1.3 Desafios

Este é um momento extraordinário na vida do país. Sair da crise é uma emergência. Mas não podemos sair da crise a qualquer preço. Estamos a falar de pessoas, das suas vidas e dos seus empregos. Estamos a falar do nosso futuro.

É em nome do futuro que o PS deve continuar a exercer uma oposição séria, firme e construtiva, colocando Portugal Primeiro.

Este é o nosso compromisso. O compromisso que queremos selar com os portugueses através de uma proposta alternativa.

2 - Alternativa forte e credível

2.1 Vencer a crise com credibilidade e horizonte

A política que o Governo executa há 20 meses não é credível, pois não concretizou nenhuma das metas a que se propôs. Falhou no défice orçamental,

falhou na dívida pública, a economia entrou em espiral recessiva e o desemprego é o maior de sempre.

Confrontado com o seu próprio falhanço, o Governo, erradamente, reforçou a dose de austeridade e insiste no tratamento errado. Em consequência de uma leitura errada da realidade e dos erros de política, o Governo pretende fazer em três anos um ajustamento correspondente a mais de 10% do PIB (18.500 milhões de euros), quando o previsto era de 5% do PIB!

Não há notícia de nenhum país do mundo o ter feito, que tenha concretizado este volume de ajustamento, num período de três anos e meio, e num ambiente de recessão económica.

2.1.1 Recusa do empobrecimento. Aposta na economia

A tentativa incessante, e inconsequente, de alcançar os objetivos nominais e relativos do défice orçamental sem ter em conta a alteração do quadro macroeconómico na União Europeia e as dificuldades adicionais provocadas pela política do Governo, em particular no forte decréscimo da procura interna, com impactos substantivos nas receitas fiscais, nas cotizações para a segurança social e na despesa com o subsídio de desemprego, tem vindo a criar uma espiral recessiva, que tem tido no aumento do desemprego e nas falências os sinais mais expressivos.

Esta opção pela austeridade tem conduzido a sucessivas alterações de previsões, que retiram credibilidade ao processo de ajustamento desenhado, e inspira cada vez menos confiança na sociedade portuguesa. Os resultados medíocres apresentados no cumprimento das metas do défice, da dívida e do desemprego são a prova do erro da política prosseguida, o que aliás é reconhecido pelos próprios prescritores da receita, em particular o FMI.

A primeira prioridade da política económica e orçamental é estacar a perda de valor (de PIB) da economia portuguesa.

Se no curto-prazo esta medida tem efeitos benéficos no sentido de limitar o efeito recessivo sobre as receitas e as despesas fiscais mais sensíveis ao nível da atividade económica, no médio/longo prazo afigura-se como uma medida essencial para que muitas empresas de sectores de bens e serviços transacionáveis possam redirecionar de forma eficaz os seus recursos da procura interna para a satisfação da procura externa. Só desta forma será possível igualmente reequilibrar de forma sustentável a Balança de Bens e Serviços.

O PS defende uma trajetória credível de ajustamento das nossas contas públicas. O PS quer que Portugal cumpra as suas obrigações externas e está empenhado na consolidação orçamental como decorre, nomeadamente, do voto favorável ao Tratado Fiscal. Mas para o fazer tem que adotar uma estratégia credível. Para que isso aconteça é necessário renegociar metas e prazos credíveis. E, simultaneamente, a União Europeia deve promover as condições favoráveis à criação de um ambiente amigo do crescimento económico e do emprego.

Assim, no plano interno, o PS insiste na:

- a) **Renegociação das condições de ajustamento com metas e prazos credíveis**, adequados à realidade económica e social do país e ao desempenho da economia europeia e mundial;
- b) **Trajetória de consolidação do défice orçamental com adoção de medidas estruturais, conciliando rigor orçamental com crescimento económico**;
- c) **Renegociação do alargamento dos prazos de pagamento de parte da dívida pública**;
- d) **Renegociação da postcipoção do pagamento de juros dos empréstimos concedidos ao abrigo do programa de assistência financeira**.

- e) Apresentação de **projetos de investimento reprodutivo** e estruturante (caso da ligação ferroviária de mercadorias Sines – Madrid, potenciando o Porto de Sines) aos “Project bonds”;

2.1.2 Um Pacto para o crescimento e para o emprego

Como o PS tem defendido, a saída da crise passa por uma resposta articulada e coerente ao nível nacional e ao nível europeu. Ao contrário das duas vezes anteriores em que solicitámos ajuda externa, Portugal integra uma União Monetária com políticas monetárias e cambiais únicas. E como dissemos anteriormente, a crise tem uma forte dimensão europeia, em particular no seu diagnóstico e na opção ideológica para a enfrentar.

No plano europeu, o PS defende:

- a) **Criação de um Programa Europeu de Combate ao Desemprego Jovem**, com ação prioritária em países com elevada taxa de desemprego entre jovens, como é o caso de Portugal. O financiamento deste programa será feito através de um Fundo com duas origens: receitas das taxas sobre as transações financeiras a suportar pelos bancos e 40% dos fundos comunitários não utilizados, do atual quadro comunitário de apoio (o total das receitas iniciais ronda os 100 000 milhões de euros);
- b) **Reforço da ação do BCE junto dos mercados financeiros** de modo a que diminuam os custos de financiamento dos Estados em maiores dificuldades;
- c) **Mutualização de uma parte da dívida dos Estados**, com a consequente partilha de soberania orçamental de cada Estado;

- d) A **criação da União Bancária** completa com um **sistema comum de garantia de depósito** e um **mecanismo de recapitalização com poderes para intervir junto dos bancos**.
- e) **O MEEF deve poder emprestar dinheiro aos bancos sem afetar a dívida soberana dos Estados;**
- f) A proposta defendida na alínea anterior deve aplicar-se, ao abrigo do princípio de igual tratamento entre Estados Membros, aos países que estão ao abrigo da assistência financeira (no caso português representa uma **diminuição da dívida pública em cerca de 4 p.p.**);
- g) **Convergência fiscal**, pondo fim ao dumping fiscal e introduzindo um **sa** concorrência entre empresas e praças financeiras;
- h) **Gestão cambial** conduzida de forma a não penalizar as economias do sul da Europa
- i) O **aprofundamento da União Económica e Monetária** como resposta afirmativa à crise do euro;
- j) A correcção dos profundos efeitos assimétricos resultantes da moeda única, das diferenças de competitividade e da crise financeira, tendo em vista o cumprimento do objectivo fundador inscrito nos Tratados de assegurar a convergência de desenvolvimento entre regiões e Estados;
- k) Um próximo ciclo de fundos estruturais com a dimensão e flexibilidade de regulamentação necessárias para se constituir como um instrumento decisivo de recuperação económica e coesão territorial e promoção dos factores de competitividade e do crescimento inteligente, inclusivo e sustentável. Assim, deverão assumir-se como prioridades o combate ao desemprego jovem e à emigração qualificada; a melhoria das qualificações, da capacidade científica e tecnológica; a promoção da inovação e modernização empresarial e a redução do défice energético.

2.2 Um país moderno, justo e solidário

2.2.1 Um país moderno e desenvolvido

Rejeitamos a ideia de que para ser competitivo Portugal tenha que empobrecer. O desafio é outro. A nossa prioridade é o reforço da centralidade do País em relação aos mercados globais. Por isso apostaremos nas conexões ferroviárias, aéreas e digitais e optimizaremos as redes de conexões rodoviárias já existentes.

Valorizaremos o máximo aproveitamento dos recursos endógenos. O vento, o sol, a água e o território são a base para o desenvolvimento de actividades criadoras de emprego, geradoras de riqueza, promotoras de exportações e de substituição de importações

As energias renováveis, o turismo, a exploração mineira e a agro-pecuária são a base dinamizadora duma economia em que a inovação limpa, a indústria com acesso às modernas técnicas e tecnologias e os serviços de elevado valor acrescentado constituem fontes centrais de criação de riqueza e de emprego sustentável.

Apostaremos num Portugal posicionado na primeira linha da nova economia verde e inteligente. Um laboratório de novas soluções. Um País rede que não aceita ser um protetorado, mas antes afirma o seu papel de ponte entre economias, mercados e culturas para se colocar na fronteira tecnológica e tirar partido da criatividade e da capacidade inovadora do seu povo.

Fomentaremos e apoiaremos as redes competitivas e os clusters de especialização para dar dimensão ao nosso potencial, facilitar a internacionalização das pequenas e médias empresas e fortalecer a dimensão global da nossa economia.

2.2.2. Um país justo, coeso e qualificado

Não nos resignaremos a continuar a ser um dos Países desenvolvidos com maiores coeficientes de desigualdade no acesso aos rendimentos e às oportunidades. O acesso ao conhecimento é a mais poderosa arma ao serviço da justiça social e da capacidade competitividade das sociedades.

Acreditamos nos portugueses. Conhecemos o seu valor e o seu potencial. Queremos qualificar cada vez mais as pessoas para a partir daí gerar comunidades mais preparadas para os desafios da modernidade, da solidariedade e da felicidade.

Embora Portugal, enquanto País sob apoio financeiro internacional esteja dispensado do cumprimento obrigatório do Programa Nacional de Reformas no contexto da Estratégia Europa 2020, consideramos que o seu desígnio mobilizador não deve ser abandonado e que nada justifica a desistência das metas nele estabelecidas, no que se refere à aposta na investigação e na inovação, na criação de emprego, na aposta nas energias renováveis e na eficiência energética, no reforço das qualificações e no combate à pobreza.

O desígnio de permitir que a nova geração de portugueses tenham pelo menos acesso às condições médias da União Europeia no que diz respeito aos indicadores de qualificação e justiça social no horizonte de 2020 constitui um compromisso mobilizador essencial e uma aposta em Portugal e nos portugueses que contrasta fortemente com o baixar de braços e os sinais de desistência da maioria ultraliberal que nos governa.

2.2.2 Uma agenda para o crescimento e emprego

A estabilização da economia portuguesa e o rigor e a disciplina orçamental são condições mas não serão, por si só, suficientes para que Portugal volte a crescer, criar emprego e possa debelar o seu diferencial de competitividade face às economias mais desenvolvidas do Mundo, em particular daquelas que se encontram dentro do mesmo perímetro monetário e cambial.

Uma aposta no progressivo aumento do grau de abertura da economia portuguesa, que sustentadamente reequilibre a balança de bens e serviços e reduza as necessidades de financiamento externo do país, bem como crie novos postos de trabalho, qualificados e com rendimentos do trabalho mais elevados, são objetivos essenciais de uma alternativa credível que devolva a esperança aos portugueses. O incremento progressivo dos rendimentos do trabalho de acordo com o aumento da produtividade deve ser um dos objetivos programáticos da política económica do PS.

Por outro lado, torna-se urgente que as medidas tendentes à concretização destes objetivos com horizonte temporal mais dilatado, possam ser acompanhadas por outras, de mais curto-prazo, orientadas à criação de emprego, à satisfação da procura externa e à redução da dependência energética e alimentar, e que tenham impactos mais imediatos sobre a atividade económica.

Uma **agenda para o crescimento e o emprego** que reforce um caminho de aumento de valor da oferta portuguesa, através de recursos humanos qualificados, com sustentabilidade ambiental, com um território que acolha de forma eficiente investimento direto estrangeiro (IDE), que aumente o número de empresas (PMEs) em atividades exportadoras, prosseguindo um caminho de diversificação de mercados, e que reduza no curto-prazo o desemprego, em particular em sectores que têm vindo a perder de forma mais acentuada postos de trabalho, é uma peça essencial para construir o país que queremos ser, e que o PS propõe à sociedade portuguesa. Com estas medidas será possível também contribuir para uma trajetória de ajustamento credível do défice orçamental e de diminuição da dívida pública.

Uma agenda para o crescimento e o emprego com sete pilares fundamentais:

1. Qualificação das Pessoas

Utilizar os fundos comunitários, do QREN (no âmbito do POPH), e em particular do novo QCA 2014-2020, para combate ao desemprego, promoção das qualificações e reforço da ligação ao terceiro sector.

2. Financiamento da Economia e Capitalização das PME

Criar um Banco do Fomento e promover instrumentos de financiamento e capitalização das empresas, nomeadamente das PME, de modo a que haja investimento, exportações e desenvolvimento dos recursos endógenos da economia nacional.

3. Redução dos Custos de Contexto do Desenvolvimento da Atividade Económica

Assumir a simplificação administrativa, a luta contra a burocracia e um eficiente funcionamento do Estado como factores essenciais de competitividade e atracção de investimento.

4. Apoio à I&D e Inovação nos Processos e nos Produtos

Reforçar a ligação dos pólos de competitividade e dos *clusters* ao Sistema Científico e Tecnológico e desenvolver um programa de apoio ao Empreendedorismo.

5. Incentivo e Promoção da Economia Verde, das Energias Renováveis, da Eficiência Energética e da Produção Nacional

Desenvolver um 'Programa de Reabilitação Urbana', prosseguir o desenvolvimento sustentável do *cluster* das energias renováveis, desenvolver a Economia do Mar, o sector agrícola e agro-alimentar, a floresta e o turismo.

6. Promoção das Exportações e à Internacionalização da Economia Portuguesa

Desenvolver um programa integrado em que a Inteligência Económica, os instrumentos públicos de seguro de crédito à exportação, os mecanismos fiscais

e a diplomacia económica interajam para aumentar a quantidade e valor das exportações portuguesas.

7. Captação de Investimento Direto Estrangeiro

Assumir como estratégica a captação de IDE promovendo um *benchmarking* da competitividade do território e do tecido empresarial português e accionando instrumentos financeiros e fiscais adequados.

Esta **agenda para o crescimento e emprego**, com prioridades definidas, conjugando ações com horizonte temporal diferenciado, no curto-prazo para estancar a espiral recessiva e o aumento do desemprego, mas no médio/longo-prazo para que Portugal possa suprir o *gap* de competitividade estrutural que limita a sua capacidade de criar riqueza e suprir as suas necessidades de financiamento das funções sociais do Estado, garantir a coesão social e territorial e a geração de novas oportunidades de desenvolvimento e de emprego qualificado.

2.2.3 Um Estado transparente, forte e eficiente

A reforma do Estado não pode ser feita à pressa, nem nas costas dos portugueses. Nem pode ser confundida com um corte de 4.000 milhões de euros, por opção do Governo. A reforma do Estado não começa do zero como se nada para trás existisse de bem feito, nem existissem dinâmicas positivas que importa conhecer melhor e incentivar.

Conhecer a realidade, o ponto de partida, a solidez da fundamentação, devem servir para auxiliar a decisão política de qualquer reforma.

A **reforma do estado** e da administração pública, enquanto objectivo de modernização da sociedade, deve direccionar-se na defesa e aprofundamento do Estado social e da democracia, mediante:

1. A concretização dos direitos dos cidadãos à protecção do interesse público, com a intervenção do Estado no quadro da satisfação equitativa e justa das funções da educação, saúde, protecção social (a todos assegurando essencial dignidade), a racionalização da eficácia das funções de soberania Justiça, segurança interna e defesa, o acesso aos bens públicos como os transportes, a cultura ou a liberdade de informação e as funções da interação económica e financeira, e de representação externa, no âmbito da direcção estratégica do Governo.

2. A aproximação dos cidadãos as instâncias de decisão administrativa, promovendo a reforma descentralizadora da Administração Central, a sua desconcentração e desburocratização e a aproximação dos cidadãos as instâncias de decisão administrativa.

3. A reforma do sistema político, desde logo a lei eleitoral a Assembleia da Republica, num quadro de respeito das regras da proporcionalidade, governabilidade e aproximação dos eleitos aos eleitores.

Neste enquadramento o Estado tem que garantir o contrato social constitucionalmente consagrado reforçando o diálogo social, a sustentabilidade das funções sociais do Estado e a coesão social e territorial e a eficácia dos investimentos públicos e da disciplina e rigor orçamentais.

O Estado Social moderno tem que assegurar uma política fiscal mais equitativa, progressiva, transparente e inovadora. E só um Estado forte pode garantir mais justiça, mais eficácia, mais democracia.

O princípio da equidade deve orientar a distribuição de sacrifícios dos portugueses. Cada pessoa deve contribuir na medida da sua riqueza e dos seus rendimentos de modo justo e equilibrado, no respeito pela Constituição da República.

O PS deve liderar o debate sobre a reforma do Estado, em defesa dos valores de que é portador e garante na sociedade portuguesa e na procura de soluções que garantam a sustentabilidade, a modernização e a eficácia das políticas públicas e do Estado. Mas o PS recusa a ideia de uma reforma do Estado centrada apenas no Estado Social. Pelo contrário, os sectores da Justiça, da Segurança e da Defesa Nacional reclamam uma renovada atitude reformista, capaz de enfrentar os interesses instalados. Do mesmo modo, reformar o Estado é também aprofundar a descentralização no território continental e não esquecer a regionalização; aprofundar e responsabilizar a componente regional autónoma do Estado, racionalizar o Sector Empresarial do Estado central, regional e local; melhorar a gestão pública; retomar o dinamismo perdido da modernização administrativa e do governo electrónico; e assegurar o efectivo funcionamento dos instrumentos de valorização do mérito na função pública.

O PS não recusa políticas dirigidas ao reforço da sustentabilidade e da equidade do Estado Social. Pelo contrário, o PS sabe que defender o Estado Social é estar atento à necessidade de mudança, tendo em conta a evolução dos riscos sociais e das condicionantes da sustentabilidade das políticas sociais. É por isso que o PS foi sempre o grande partido da construção do Estado Social, mas também da sua reforma. É a defesa do Estado Social que exige do PS uma permanente atitude reformista.

O PS valoriza o Estado Social como um Estado de investimento social, isto é, um Estado que age sobre os fatores que determinam a capacidade de desenvolvimento do País no longo prazo, que promova o combate à pobreza e a redução das desigualdades e dê prioridade às qualificações. Ao PS caberá, uma vez mais, garantir a afirmação da escola pública como espaço de oportunidades e direitos para todos, jovens e adultos, independentemente das situações socioeconómicas de partida. Porque o PS sabe que a igualdade de oportunidades se joga muito no campo das qualificações.

Um Estado de investimento social é também aquele que enfrenta outros desafios estruturais, como o da evolução demográfica, que exige políticas sociais destinadas a contrariar a redução da natalidade, designadamente medidas de apoio às famílias, de apoio à parentalidade e de conciliação da vida profissional e familiar.

O PS aspira a um Estado Social suficientemente atento para adoptar políticas orientadas para a protecção dos riscos ao longo da vida, com a noção clara de que, na actual conjuntura, o maior desses riscos é o desemprego, em particular o desemprego entre os jovens, ao qual não pode deixar de ser dada uma resposta sistémica no campo das políticas públicas. É por aqui que passa o maior desafio da necessária estabilização social, que deve articular-se com uma renovada aposta no crescimento económico. Urge mobilizar recursos, designadamente fundos comunitários, para apostar num programa massivo de formação e inserção profissional que promova alguma estabilização de rendimentos das centenas de milhares de famílias afetadas pelo flagelo do desemprego.

Quanto ao sistema público de segurança social, o PS, como partido reformista, compreende as implicações da mudança na estrutura social e familiar. Favorecer as condições de ingresso no mercado de trabalho, apoiar as transições, promover políticas ativas de qualificação profissional e manutenção da ligação dos trabalhadores ao mercado de trabalho, estimular o envelhecimento activo - eis alguns dos desafios prioritários. Por outro lado, depois do progresso alcançado com a redução da pobreza dos idosos para quase metade, importa concentrar recursos no combate à pobreza das crianças, em particular as inseridas em famílias numerosas e monoparentais com baixos rendimentos.

No âmbito do Serviço Nacional de Saúde - património maior do PS – importa continuar a garantir a igualdade no acesso, promover a diminuição da ineficiência na prestação dos cuidados hospitalares, reforçando os cuidados

primários e os cuidados continuados. Por outro lado, é necessário gerir melhor o binómio inovação/planeamento de terapias e cuidados, no quadro da autonomia clínica, de modo a garantir sustentabilidade e equidade nos cuidados de saúde.

A democracia só pode impôr-se como o regime superior de organização social se se afirmar como "o mais justo, mais eficaz e mais forte".

No que respeita ao **sistema político nacional** estamos empenhados em prosseguir um processo participado e partilhado da sua **reforma**, que refere a legitimidade e credibilidade da democracia, o papel do parlamento nacional, a transparência financeira, o aprofundamento da legitimidade do exercício político centrado na responsabilidade cívica, um clara sistema de controlos recíprocos e separação de poderes entre as autoridades públicas, a modernização dos sistemas eleitorais, o alargamento dos mecanismos de participação dos cidadãos, o reconhecimento aprofundado do princípio da paridade, a valorização da igualdade como contrapartida natural da liberdade e da diferença, a adaptação aos novas desafios sociais e tecnológicos.

A **transparência**, como processo de melhoria da qualidade da democracia, implica uma maior responsabilização e um exercício mais ativo da atividade política como função nobre ao serviço de todos os cidadãos.

A transparência é o necessário corolário dessa mudança. Só assim poderá haver responsabilização dos agentes políticos. Só assim será possível individualizar aqueles que, por força de um sistema opaco, contribuem para criar uma imagem de suspeição generalizada sobre a vida pública, colocando os respectivos interesses individuais à frente da causa pública.

O PS participará na busca de consensos alargados para a definição de regras de transparência, registo e âmbito da actividade de lóbis.

Outro dos nossos eixos da acção política será o **combate à corrupção**. A corrupção é inimiga do Estado de Direito e está a enfraquecer o nosso regime democrático, apresentando-se como um fenómeno que ultrapassa em muito a esfera da actuação pública, sendo transversal a toda a sociedade portuguesa e, por isso, constituindo-se como uma séria ameaça para o desenvolvimento económico sustentável.

2.2.4 Na Europa com voz própria

Portugal tem um território de 92 090 Km² e 10,5 milhões de habitantes. Num forte contexto de globalização, a integração política e económica numa região do mundo é condição necessária para a sobrevivência do país. Portugal deve reafirmar a sua opção europeia, quer como membro da União, quer como membro da zona euro.

Reafirmar a opção europeia exige ter um pensamento claro quanto ao que deve ser a Europa e que papel deve Portugal desempenhar no seio da União.

Ao contrário do Governo que se comporta com um bom aluno, sem voz própria, aceitando e executando tudo o que a liderança europeia lhe transmite, o PS entende que, mesmo num quadro de assistência financeira externa, Portugal deve pugnar, de forma ativa, por uma União Europeia das pessoas que seja capaz de responder aos seus problemas concretos, de que o desemprego é o mais urgente.

O somatório de políticas orçamentais nacionais, por mais coordenadas que sejam, não origina uma política económica europeia. Muito menos envolto num clima de egoísmos nacionais e de discursos políticos de pendor nacionalista, geralmente caracterizados por uma narrativa de “punição moral”.

Basta de ambiguidades, em que a Europa se entretém desde o início da década de noventa do século passado. É preciso fazer escolhas!

A Europa dos Governos deve dar lugar à Europa das Pessoas e dos Estados. Este objetivo deve ser alcançado através do princípio da igualdade, estruturante dos regimes federais. A partilha de soberania e o seu exercício em conjunto é a expressão inteligente de uma nova abordagem para a adequação do conceito de soberania, real e não formal, aos nossos tempos.

O PS defende a criação de um processo aberto, participado e transparente de revisão dos tratados europeus visando a aprovação de **um novo Tratado Europeu**.

Este novo Tratado Europeu deve acolher, sem ambiguidades, a governação política e económica europeia (instituições, competências e instrumentos) e mais democracia (responsabilização política, através de eleição direta, dos principais decisores europeus).

Um novo Tratado para uma nova Europa exige também um orçamento europeu com dotação superior à existente (cerca de 1% do PIB) através de receitas próprias, com base no federalismo fiscal. Um orçamento com mais recursos permite a adoção de políticas anti-cíclicas (necessárias para a saída da crise), o desenvolvimento económico (através de investimento reprodutivo), elimina os vetos aos países em dificuldades e põe fim aos “folhetins confrangedores” para aprovação dos orçamentos da UE, como estamos, infelizmente, a assistir.

A integração política na UE não deve excluir outras formas de cooperação multilateral com outras regiões ou países do mundo. Essa cooperação deve obedecer a opções políticas claras e a prioridades muito bem definidas. O espaço da lusofonia, seja através da CPLP ou de relações bilaterais com os países que a integram, deve constituir-se na primeira prioridade da ação política de Portugal nos domínios da cooperação económica, cultural e política.

3 – Mobilizar e Reforçar a confiança dos portugueses no PS

3.1 Uma nova forma de fazer política

O PS é um partido que aspira a governar Portugal. O PS não é um partido de oposição. O PS está na oposição. Um oposição firme e na defesa dos seus valores, responsável perante os compromissos assumidos e agindo construtivamente, apresentando sempre alternativa quando discorda de uma proposta do Governo.

O PS fixou uma regra de ouro: não prometer nada na oposição que não possa cumprir quando for Governo.

Esta postura é condição de credibilidade da alternativa do PS.

A unidade no PS é uma condição referencial para o que mais importa fazer: unir os portugueses numa larga plataforma de entendimento em torno de soluções partilhadas para os problemas nacionais.

Impõe-se que o PS em nenhum momento se deixe cair na tentação do isolacionismo. Só em torno do PS é possível congregar disponibilidades e mobilizar energias criativas. É com tal entendimento que o PS se declara firmemente empenhado em constituir-se como pólo agregador de concertação social.

A **concertação social e o diálogo político** estruturaram o modo de acção política do Partido Socialista, que se deve assumir como plataforma aberta ao entendimento e à participação. Estreitar relações intensas com empreendedores, associações sindicais e patronais, sem discriminações, instituições de solidariedade social, ONG's e outros movimentos informais significará fazer do PS um interlocutor constante dos protagonistas sociais. Assim, o PS deve mobilizar o maior número de organizações e cidadãos para as tarefas que o país mais reclama e de que carece.

A consequência natural desse empenhamento na concertação e no diálogo é o PS se assumir como interlocutor privilegiado na busca de soluções de compromisso e entendimento com os demais partidos políticos. Sem quebra da sua identidade e do seu ideário, sem hipotecar os seus valores e o rumo de uma estratégia consequente para o País, o PS deve empenhar-se em obter do eleitorado confiança que lhe permita uma maioria absoluta para governar mas deve, igualmente, deixar claro que, seja qual for a dimensão dessa maioria, a sua disponibilidade para o diálogo e para o empenhamento na prossecução de soluções conjuntas, a todos os níveis da governação, deve ser uma constante e um compromisso fundamental com todos os eleitores.

O PS defende um **Acordo de Concertação Estratégica**. Este acordo deve ter como objectivo travar o empobrecimento, estabilizar as expectativas dos agentes económicos e promover a competitividade da economia. Este acordo de confiança deve regular o seguinte:

- 1) Estabilização de médio prazo do quadro fiscal e das prestações sociais;**
- 2) **Evolução dos salários** em torno dos ganhos de produtividade, da situação económica do País, da taxa de inflação e dos ganhos de competitividade relativa com outras economias;
- 3) **Aumento do salário mínimo** e das **pensões mais reduzidas**, como forma de combate à pobreza e à apoio à recuperação da procura interna;
- 4) **Reposição dos níveis de proteção social** assegurados pelo complemento social para idosos e pelo rendimento social de inserção;
- 5) **Valorização da contratação colectiva**, como quadro adequado para a promoção da melhoria da produtividade nos diferentes sectores.
- 6) Mobilizar recursos, designadamente fundos comunitários, para apostar num programa massivo de formação e inserção profissional.**

3.2 Os objetivos eleitorais: um ciclo vitorioso

Vamos entrar num longo ciclo eleitoral. Um ciclo decisivo para Portugal e para o PS. Os portugueses vão, em cada momento eleitoral, ser chamados a envolver-se com a afirmação de um projecto para um Portugal justo, moderno e solidário protagonizado pelo PS. Este ciclo eleitoral é particularmente relevante porque perante o empobrecimento dos portugueses e a pretensão de desmantelamento do estado social, os eleitos do PS, nos planos local, europeu e nacional, protagonizarão, com empenho, uma resposta que concretize um Portugal justo, moderno e solidário.

A afirmação de um PS unido, construtivo e com cultura de compromisso é condição essencial para a apresentação de uma proposta mobilizadora para o país que se traduza em vitórias nas eleições autárquicas, nas eleições europeias e nas eleições legislativas.

A recuperação da confiança dos portugueses materializada nesses sucessos eleitorais será sempre o resultado da unidade na ação política do PS e do amplo debate em torno das bases comum de orientação estratégica que o Partido colectiva e democraticamente aprovar.

As **eleições autárquicas** são uma das prioridades políticas do PS em 2013. A nossa meta é trabalhar para que o PS volte a ser primeiro partido autárquico. Não será tarefa fácil, entre outras razões pelo facto de uma parte substancial dos actuais presidentes de câmara, autarcas de prestígio, não se poder recandidatar por força da lei.

No plano autárquico concorreremos em todo o país de forma autónoma afirmando a nossa matriz e o nosso programa em aliança com as populações e os seus movimentos cívicos de acordo com as dinâmicas próprias de cada

freguesia e de cada concelho, respeitando a vontade política das bases do partido.

O abandono das populações à sua sorte com a extinção cega de freguesias reforçou o papel absolutamente central dos autarcas como último elo de ligação dos cidadãos a instituições colectivas imprescindíveis para a preservação da coesão social e territorial.

As **eleições europeias** serão o momento por excelência de reafirmação do projecto europeu e constituirão uma oportunidade para recuperar a confiança dos portugueses a partir de um debate lúcido e esclarecedor sobre as origens da crise, sobre a importância das respostas coordenadas no plano europeu e sobre a necessidade de uma visão federalista e democrática da União Europeia. No âmbito da agenda socialista europeia quanto ao que deve ser o futuro do projecto europeu, nunca como hoje foi tão determinante para o futuro do país a escolha de eurodeputados portugueses. Este será um momento vital para a afirmação do caminho escolhido pelo Partido Socialista para a saída da crise e para o cumprimento do seu projecto de alternativa. É, aliás, condição do seu sucesso, o que responsabiliza excepcionalmente os candidatos do PS.

As **eleições legislativas** serão o momento determinante para a escolha dos portugueses entre duas propostas alternativas: uma proposta ultraliberal que deixa os portugueses à sua sorte ou uma opção progressista e solidária que não deixa ninguém para trás. É este o grande desígnio do PS neste ciclo eleitoral e para o qual o PS se apresenta com uma proposta política alternativa e ganhadora para governar Portugal.

O PS lidera a mudança e tem um rumo: **Portugal Primeiro.**